



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JOSÉ FAGNER DA SILVA LIMA

**FESTAS DE NEGRO NO RECIFE OITOCENTISTA: O CASO DOS
MARACATUS (1850-1888)**

Recife

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**FESTAS DE NEGRO NO RECIFE OITOCENTISTA: O CASO DOS
MARACATUS (1850-1888)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof Dr Wellington Barbosa da Silva

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732f

Lima, José Fagner da Silva

FESTAS DE NEGRO NO RECIFE OITOCENTISTA: O CASO DOS MARACATUS (1850-1888) / José Fagner da Silva Lima. - 2021.

21 f.

Orientador: Wellington Barbosa da Silva.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2021.

1. Maracatu. 2. Afro-brasileira. 3. Recife. I. Silva, Wellington Barbosa da, orient. II. Título

CDD 909

A minha mãe Carmem Lúcia por nunca desistir de seu filho, a minha vó Lúcia por sempre estar presente em apoio aos meus estudos. A todos aqueles que compartilharam de sua vivência ao meu lado durante esse longo percurso na UFRPE. A todos, um forte abraço.

AGRADECIMENTOS

Queria deixar registrado a minha imensa gratidão a todos que me amam e apoiam. Em especial, a minha mãe Carmem Lúcia por dar seu sangue e suor por mim. Sem você eu não seria nada, e essa graduação não existiria. Tenho orgulho de ser seu filho. E também a minha namorada Stefany do Santos, que sempre me apoiou nos melhores e piores momentos. Minha gratidão.

Agradecer também a minha amada vó Lúcia que sempre esteve presente na minha vida, ajudando emocionalmente e financeiramente. Nunca esquecerei das vezes que me dava uns trocados para poder almoçar ou tirar uma xerox em Ed e Shirley. Te amo, minha vó.

Agradecer aos meus amigos de faculdade que são muitos! Um abraço e um salve pra galera do Subsolo do CEGOE, do Amsterdã e do bosque. Com certeza levarei pra minha vida os laços criados e as emoções compartilhadas.

Agradecer também a todos que compõe a história de luta do DAHIST, diretório acadêmico de qual fiz parte em diferentes organizações. É necessário manter o D/A aberto, pois é de suma importância para uma vivência mais humana dentro da universidade.

Agradecer a todos os professores que tive a oportunidade de ter aula, em especial a Ronaldo Maia e Luís Manoel (em memória), e especialmente ao meu orientador professor Wellington Barbosa por me ajudar nas dificuldades e percalços que uma pesquisa tem de oferecer. Sem o senhor, esse artigo não seria realizado. Um grande abraço.

Agradeço a toda minha turma de 2014.2, que passamos por mal bocados, mas sempre me fizeram rir e me ajudavam quando precisava. Agradeço em especial a amiga Nathalia por ter me ajudado com dois livros de suma importância para a minha pesquisa, e que me deu um gás para termina-la.

Por último, agradeço a toda UFRPE por ter esse acolhimento importante, por ter fornecido uma comida barata e de qualidade no RU. Agradeço a todos os funcionários que estavam todos os dias trabalhando para manter a universidade limpa, unida e colhedora.

FESTAS DE NEGRO NO RECIFE OITOCENTISTA: O CASO DOS MARACATUS (1850-1888)

BLACK PEOPLE'S PARTIES IN RECIFE DURING THE 19TH CENTURY: THE MARACATU'S CASE (1850-1888)

José Fagner da Silva Lima

RESUMO

O presente artigo busca discutir as festas dos negros no Recife no século XIX, enfatizando o Maracatu - que conhecemos hoje como Maracatu de Baque Virado ou nação, mais precisamente entre 1850 e 1888. Por meio de jornais da época, analisamos a presença dessa manifestação cultural afro-brasileira na cidade do Recife, trazendo uma abordagem que evidencia as opiniões emitidas nas notícias dos jornais, e como isso se relacionava com o controle público às festas dos negros. Abordando também as várias concepções que existiam acerca do maracatu, sendo uma festa religiosa por hora, em outras profanas. Ou um mero ajuntamento de negros batucando.

Palavras chaves: Maracatu, Recife, afro-brasileira

ABSTRACT

This article seeks discuss black people's party in Recife during the 19th century, evincing Maracatu - known as 'Maracatu de Baque Virado' or 'nação', more precisely between 1850 and 1888. Through newspapers at that time we analyzed the presence of this Afro-Brazilian cultural manifestation in Recife city, bringing an approach that highlights the opinions expressed in the newspapers' headlines and how it related to the public control above blacks' parties. Also addressing various conceptions that existed about maracatu, being an hourly religious party in other profane ones. Or a mere gathering of black people drumming.

Keywords: Maracatu, Recife, afro-brasileira

INTRODUÇÃO

O carnaval de Pernambuco é um evento aguardado com euforia não só pelos pernambucanos, mas também por pessoas de diversos estados e países. Este evento que carrega uma rica diversidade cultural tem como um de seus expoentes, o Maracatu de baque virado, também conhecido como maracatu nação. Quem anda pelo bairro do Recife antigo em um domingo à tarde tem grande possibilidade de encontrar um grupo de Maracatu nação (normalmente composto por pessoas negras que partilham de práticas e costumes relacionadas às religiões afro-brasileiras), ou, mesmo grupos percussivos anônimos tocando maracatu – que, segundo Lima (2007, p. 56), são “formados normalmente por jovens brancos de classe média, interessados, sobretudo, em fazer música”.

A data de sua criação é incerta, tendo como dado mais remoto o início do século XVIII. Esta manifestação cultural remontaria às coroações do rei do Congo que aconteciam entre os negros escravizados em Pernambuco e traziam a memória e tradições dos seus locais de origem. Tal coroação também servia aos projetos dos colonizadores no instante em que se tinha a ideia de que o escravizado que fosse considerado rei entre os demais, poderia ajudar no controle social dessa comunidade, pois ele seria uma autoridade entre aqueles que o coroaram. Entre esses e outros motivos, o maracatu foi se firmando nas terras dos altos coqueiros e hoje é uma das tradições culturais mais cultuadas no estado, tanto que recebeu do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o título de patrimônio cultural imaterial do Brasil em 14 de dezembro de 2014.

A primeira vez que pude observar um Maracatu de baque virado tocando foi em 2015. Era o Maracatu Nação Quiloanda, que tocava aos domingos na praça da Bela Vista, em Vitória de Santo Antão, minha cidade. Eu moro ao lado da praça, por isso foi muito fácil ouvir o “barulho” das alfaias. Então, no mesmo instante, saí de casa procurando saber de onde vinha aquele batuque tonitruante. Observei o ensaio e vi que tinha uns conhecidos meus tocando; não demorou muito e comecei a participar do grupo

Mas era tudo tão novo e eu ficava perdido sobre o que eu mesmo estava fazendo. Afinal, o que era um Maracatu? O que eu estava fazendo ali? Só sei que aquele som me prendia e me fascinava. Entrei no mundo do maracatu e logo quis fazer uma pesquisa sobre o assunto. Aprendi o básico, mas o que mais me intrigava era que o maracatu em que eu fazia parte nunca me passou um sentimento de nação.

Não existia uma conversa com os membros sobre isso. Basicamente era chegar no domingo e ensaiar e, depois, se apresentar em alguma festividade ou ocasião especial. O Maracatu Nação Quiloanda foi formado por pessoas do Maracatu Real da Várzea que tinham família em Vitória e, por isso, vinham aos fins de semana rever familiares e se apresentar. Sempre nos dizia que o Maracatu da Várzea era o nosso padrinho.

No que observei na minha breve pesquisa sobre o maracatu na época, o baque virado é um conjunto percussivo que acompanha o cortejo real. Tendo uma estética exuberante, com danças elaboradas ligadas a detalhes religiosos e uma produção sonora marcante com as alfaias estrondando, os agbê dançando e o caixa marcando o ritmo.

Tal cortejo que embeleza o carnaval pernambucano carrega vários símbolos e detalhes que estão extremamente ligados ao Candomblé, como as calungas. É importante ressaltar que a atual configuração do maracatu é resultado de séculos de transformação social, e ressignificação do povo que o fazia. Há uma discussão acerca do fato de como era o maracatu em seu início, de como ele se formava e de como ele se caracterizava.

Quem discute bem isso é Ivaldo Marciano de França em seu livro *Maracatus-nação – Resignificando velhas histórias*, de 2005. Este trabalho aborda o maracatu no Recife entre 1850 e 1888, trazendo uma abordagem que pretende analisar a prática da festividade negra do maracatu e como o controle social agia sobre as festas e as pessoas que compunham os maracatus. Abordo esses 38 anos do século XIX porque há uma notável escassez de fontes sobre o tema, sendo assim, proposto pelo meu orientador a pegar um espaço de tempo maior para poder abarcar uma boa quantidade de fontes. A partir destas considerações, este artigo visa responder às seguintes questões: Que maracatu era esse do século XIX? Como se deu o controle social sobre os maracatus no mesmo recorte cronológico?

Com isso, a partir da pesquisa em fontes documentais, como alguns jornais recifenses do século XIX, disponíveis na Internet, em sites como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹ e o acervo digital da Universidade da Flórida², e no livro de Evandro Rabello, *Memórias da folia*, que traz recortes dos jornais recifenses no carnaval do século XIX e começo da centúria seguinte – o presente artigo tem o intuito de discutir as festividades negras no Recife oitocentista, abordando de maneira mais específica o caso do maracatu. Em outras palavras, ele tem o objetivo de analisar concomitantemente como, durante o período de 1850 a 1888, os maracatus sobreviviam em um período onde a escravidão grassava nos quatro cantos do estado

¹ <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

² <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/06748/allvolumes>

brasileiro, trazendo também o debate de como a construção da ideia do maracatu, analisado nos jornais do século XIX, influenciou a opinião pública acerca desta tradição tão antiga.

1. QUE MARACATU É ESSE?

Atualmente, no século XXI, podemos descrever assim um maracatu nação de baque virado:

O maracatu pode ser definido como uma manifestação cultural dotada de elementos diversos. Dispõe de dança, canto, fantasias e estilo musical próprio. Um maracatu é definido por sua música, cantada em geral por um mestre, que é acompanhado de batuqueiros, tocando afaias (os tambores), caixas, tarois, mineiros (espécie de ganzá) e gonguês (instrumento de ferro com campânula, percutida por um pedaço de madeira) (LIMA, 2014, p. 307).

Falar sobre os maracatus no século XIX é um desafio enorme para o historiador que se propõe a isso. E são diversos os motivos, entre eles o principal: a pouca documentação que temos disponível. Os registros por meio dos quais se pode estudar o tema são encontrados em jornais e documentações policiais, como boletins de ocorrência. Então não é algo fácil de ser estudado. Além do mais, os estudos voltados apenas aos maracatus do século XIX são muito poucos. O que podemos encontrar são discussões que abordem uma busca da origem dessa manifestação cultural, mas não muito aprofundadas, pois como dito anteriormente, a escassez dos documentos nos impõe essa dificuldade.

Nesse artigo busco comentar sobre os maracatus do século XIX com a seguinte assertiva: os maracatus desse período não são o maracatu que estamos acostumados a presenciar hoje, no século XXI. Na verdade, mal sabemos como era composto o maracatu que aparece nos jornais ou nas ocorrências policiais no Oitocentos. Sendo assim, um maracatu poderia ser apenas uma reunião de negros, escravizados ou livres, tocando algum instrumento. Poderia ser como uma roda de samba. As únicas características que podemos identificar como o maracatu nessas documentações é que há o batuque, o “barulho” e o “incômodo” – na ótica dos missivistas e escrivães de polícia. É algo que identifica essa prática nas documentações. Assim como seus componentes: negros escravizados ou livres, mestiços e pobres. Vejamos por exemplo essa notícia publicada no Jornal do Recife, em 1888:

Gazetilha

Maracatu incômodo – Queixam-se de que na esquina do beco das almas que dá para a rua da Mangueira freguesia da Boa Vista, existe um maracatu, cujo barulho infernal incomoda por demais aos moradores daquele beco e rua. É justo que o Sr. Subdelegado respectivo dê por ali um passeio faça conhecer os promotores de tal maracatu, que isto não é permitido no centro de uma capital (JORNAL DO RECIFE, 8 de fevereiro de 1888, p. 01).

Esse é o tipo de documentação que encontramos sobre o maracatu no século XIX. E é importante ressaltar que toda essa visão e toda essa narrativa sobre o maracatu é feita à luz dos olhos das elites. Toda a documentação que encontramos foi escrita por quem não compunha o maracatu, mas sim por aqueles que os desprezavam, os odiavam e queriam o seu fim.

Então trabalhar com esse tema é trazer à tona uma discussão de como o maracatu sobrevive até hoje, e como ele foi se ressignificando com o passar do tempo, apesar de todos os percalços impostos pela sociedade, fosse por meio de um controle social que criminalizava o ajuntamento de pessoas negras – que eram partes integrantes do corpo de um maracatu – em seus batuques e festas; ou fosse pela opinião pública que via essa prática como algo danoso à sociedade moderna, pois era coisa de negro, incivilizado; era visto como barulhento, incômodo, era algo que precisava acabar. É como vemos nesse trecho, publicado em 1877, no jornal A Província:

Maracatu! Não precisa ser descrito; todos nós podemos falar de experiência;

O maracatu é uma cousa infama, estúpida e triste! Estamos todos acordos: mas por que consentimos nisto? Pois o povo (se é o povo, senão uma horda de escravos vadios, que faz o maracatu) não pode divertir-se pelo carnaval, de um modo estupidamente infame e triste, e degradante e incômodo?

Pois estamos ainda em estado de consentir que o maracatu continue a servir de termômetro a nossa civilização, aos nossos costumes? Civilizado um povo que tolera o maracatu? Isto não! Estamos em plena Abissínia [sic], não há dúvida!...

Mas o que faz a polícia com o seu batalhão de delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão, policiais e guardas urbanos? Bons instrumentos, mas somente para fazer eleição, outra espécie de maracatu não menos recomendável... não menos indecente. Ah, manes dos restauradores de Pernambuco; ah! 27 de janeiro de 1654, a que felicidade nos conduzistes!...

Sr. Antônio Correia (pois acreditamos que o S.S. por ventura nossa seja o chefe de polícia no carnaval de 1878) damos-lhe esse tempo que daqui lá vai para pensar num momento sequer [sic] no maracatu, e livrar-nos d'ele.

Preste um serviço ao menos à sua província que tanto lhe tem aumentado as partes e os merecimentos; prescreve o maracatu indecente, incomodo, impossível, com que se vê flagelada todos os anos essa capital.

Faça isto ao menos; seja piolho implacável desses desalmados perturbadores [sic] da ordem, da paz e do sossego do maior número, da moral e dos bons costumes; desses bárbaros que de um modo tão atroz atentam contra a nossa civilização (A PROVÍNCIA, 16 de fevereiro de 1877, p. 1).

Esse trecho resume bem a ideia de que se tinha sobre o “maracatu” no século XIX. Era uma prática cultural marginalizada e rechaçada pela opinião pública recifense, que sempre pedia à polícia para reprimir “tal ato de degeneração” no seio de uma capital que passava por

reformas modernizadoras, civilizatórias, sob a ótica eurocêntrica. O “barulho” que incomodava os ouvidos brancos, tinha uma cor: ela era preta.

Destacamos também o trecho onde o escritor sugere que a polícia era semelhante ao maracatu no sentido de bagunça, despreparo, de indecência: “Bons instrumentos, mas somente para fazer eleição, outra espécie de maracatu não menos recomendável”. Ou seja, podemos perceber que a palavra “maracatu” era abordada com diversos significados pejorativos, dando a entender que era algo relacionado a desordem, que vai de contra a ordem da civilização.

E, como vemos, não existia a descrição desse maracatu, ele era apresentado apenas como uma prática infame, estúpida e triste – feita por “uma horda de escravos vadios”. O que nos chama a atenção é a palavra “triste”, que podia ter sido utilizada como mais um conceito depreciativo, no sentido de insuportável³, ou, talvez, por deixarem uma sensação de tristeza nos espectadores brancos, ao ouvirem músicas que lhes soavam lúgubres, como se fossem canções que lembravam aos africanos escravizados as suas vidas no continente africano. Como descreve Pereira da Costa:

Efetivamente os negros da costa, para suavizar as agruras do seu eterno cativo e arrefecer as saudades da pátria, onde viviam livres e felizes, dançavam, tocavam e cantavam nos seus serões e recreios domingueiros, nos seus maracatus e solenidades festivas, religiosas e funerárias (COSTA, Pereira apud LIMA, 2007, p. 110).

O que se torna perceptível também é o ódio ao “povo” – na notícia acima, resumido aos escravizados. Que nesse sentido toma a ideia de que é a classe mais pobre, negra e vista como incivilizada. Tanto no passado, como no presente. A classe trabalhadora que usava as mãos e as sujavam nos seus trabalhos mecânicos; e, como nos mostra a notícia, não mereciam decidir como deviam se divertir. Para quem escreveu a matéria, o povo podia até brincar, cantar e dançar durante o carnaval. Mas sem ser de “um modo estupidamente infame e triste, e degradante e incômodo” como era, na sua ótica, os maracatus.

Um povo civilizado não deveria permitir que cenas como essas – protagonizadas por escravizados e pessoas pobres livres acontecessem impunemente. A “polícia com o seu batalhão de delegados, subdelegados, inspetores de quarteirão, policiais e guardas urbanos” deveria coagir os maracatus, e acabar com esse ato que atentava contra a “moral e os bons costumes”.

Bem, a polícia não tinha estrutura para coagir todos os “maracatus” que aconteciam na cidade do Recife. Fosse por falta de pessoal, falta de armamentos e munição etc. Ao estudar a

³ Sobre isso ver a definição no Dicionário Michaelis (2021): 10 Diz-se de palavra-ônibus que explica vários conceitos depreciativos: Aquela senhora é triste; não passa um dia sem falar mal do marido. Rosinha não varre nem seu quarto; ela é triste. Como faxineira, ela era triste.

formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX, Wellington Silva (2014) mostra que o Corpo de Polícia de Pernambuco se caracterizou pelo seu efetivo reduzido e mal aparelhado durante o Oitocentos, tendo muita dificuldade para se consolidar como um aparato de manutenção da ordem nas ruas e periferias da capital pernambucana. Sem contar que, em geral os maracatuzeiros tinham a simpatia da classe mais vulnerável (como as pessoas pobres livres, pretas e mestiças), que lhes davam proteção e até ajudavam nas fugas – se fosse necessário.

É comum quando se fala em maracatu que se pense logo em sua origem. Aqui não é algo que será debatido profundamente, porém carece de algumas ressalvas. Como analisa Lima (2005), hoje o maracatu é tido como reminiscência das antigas festividades de coroação do rei do Congo em Pernambuco. Ideia construída por alguns autores, principalmente do século XX, como Guerra Peixe, Câmara Cascudo, Jarbas Maciel, Oneyda Alvarenga entre outros.

Porém, a partir dos estudos de Ivaldo de França Lima - maracatuzeiro e formado em História pela UFPE - há uma desconstrução dessa ideia de um caminho “linear e homogeneizador” que o Maracatu percorreu desde as primeiras coroações de rei do Congo. Para Lima, a busca de uma origem não se torna válida pelo motivo de não termos conhecimento e documentação que provem o momento exato da origem do Maracatu.

Essa discussão sobre as origens, de acordo com ele, “revela também a necessidade de alguns intelectuais em deter o controle ‘das coisas’ a partir do estabelecimento de um suposto começo, como se isso fosse garantia para explicar o estado atual da ‘coisa’” (LIMA, 2014, p. 317). O que lembra Marc Bloch em Apologia da História: “De modo que em muitos casos o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento” (BLOCH, 2002, p. 60).

A criação dessa manifestação cultural se deu em meio a um longo processo que existe até hoje, onde os praticantes, as pessoas que vivem e dão nome, são os principais agentes históricos e sociais que transformaram o maracatu e sua prática ao longo do tempo. Alguns estudiosos durante o século XX já proclamaram a extinção do maracatu por diversos motivos. Pereira da Costa acreditava que a crescente escassez de africanos no Brasil pós-abolição ocasionaria a extinção do maracatu, contando que seus descendentes iriam imitar cada vez mais a sociedade branca, deixando assim de lado a sua herança cultural. Katarina Real em seus estudos sobre o maracatu na década de 1960, corrobora com a ideia de Pereira da Costa sobre o fim do maracatu.

A descrição de um Maracatu mais usada ainda hoje em estudos sobre o assunto é a realizada por Pereira da Costa que viveu entre os séculos XIX e XX, quando observou o préstito real do antigo Cambinda Velha:

Rompe o préstito um estandarte ladeado por arqueiros, seguindo-se em alas dois cordões de mulheres lindamente ataviadas, com os seus turbantes ornados de fitas de cores variegadas, espelinhos e outros enfeites, figurando no meio desses cordões vários personagens, entre os quais os que conduzem os fetiches religiosos, — galo de madeira, um jacaré empalhado e uma boneca de vestes brancas com manto azul — ; e logo após, formados em linha, figuram os dignitários da corte, fechando o préstito o rei e a rainha.

Estes dois personagens, ostentando as insígnias da realeza, como coroas, cetros e compridos mantos sustidos por caudatários, marcham sob uma grande umbela e guardados por arqueiros.

No coice vêm os instrumentos: tambores, buzinas e outros de feição africana, que acompanham os cantos de marcha e danças diversas com um estrépito horrível.

Aruenda qui tenda, tenda,

Aruenda qui tenda, tenda,

Aruenda de totororó.

Essa é tida como a representação mais fiel de um Maracatu que tive acesso a partir do trecho de um artigo de Leonardo Dantas Silva, de 1999. Porém, não existe apenas essa descrição. Temos também um pequeno trecho do livro *Cancioneiro do Norte*, de Rodrigues Carvalho em 1903 que descreve um maracatu: “Maracatus: são foliões caracterizados de negro, vestidos, de calças e jalecos, outros de saias e camisas de mulher, fingindo negras baianas, tocando maracás e dançando loucamente pelas ruas.” (CARVALHO apud LIMA, 2007, p. 101)

E trago uma terceira descrição acerca do maracatu, que encontrei em um periódico satírico de 1891 intitulado *A lanterna Mágica* e disponível no acervo da CEPE (Companhia Editora de Pernambuco):

Maracatus

Lá vem! lá vem o bando pelas praças e ruas deslizando ao som rouco do bombo! Na primeira fileira erguendo ao ar a sórdida bandeira de uma rasgada esteira campeia um negro alvar, trapilho e rombo; segue-se após um bando de moleques fazendo cabriolas, e nos rostos de cal sarapintados ostentando umas mascaras e uns beques que parecem patolas.

Nos trajes muito mal alinhados, formados de farrapos ostenta-se com toda a galhardia nojenta porcaria: e dono enorme monturo desses trapos se exala nauseabundo um cheiro de suor que enjoa e que incomoda a todo mundo, enchendo de miasmas o arredor.

Os apóstolos negros dos feitiços, saídos dos cortiços da rua imperial, ou de outras de que a cega da polícia não tem se quer noticia, formam após o corpo principal.

Debaixo de uma umbela azul, verde, amarela, vermelha, branca e roxa vem o rei com seu traje imperial constante de uma farda de guarda nacional, e junto, repuxada como trouxa em que a família enfarda de casa a roupa suja, caminha

uma rainha cor de piche, lustrosa como taboa de azeviche, e feia como um filho de coruja.

Traz na cabeça a coroa cortada em papelão e levanta na mão o cetro que lhe dá tão grande proa. Em torno deste esplêndido caso de emboás ou de sapos cururus, fervilha a bacanal, e dançam com pés nus uns ébrios delirantes, os únicos amantes dos velhos infernais maracatus.

Jacarés e outros bichos que representam deuses desse rito, são levados a braço com caprichos e dão a procissão desordenada um sabor esquisito, a todos provocando a gargalhada. Uma negra boneca de lábios encarnados, e vestidos dourados com lantejoula e bicos de caizão saracoteia como uma peteca no meio da adoidada multidão.

Ao cheiro do suor desse zago-zau ê, vem juntar-se outro cheiro inda pior: o da banha de azeite de dendê, que inunda a carapinha desta gente, e ainda, a tresandar, capaz de embebedar o cheiro da aguardente, atroa todo o ar a gritalhada; aumenta a confusão a cantarola alvar, descompassada ao som de uns instrumentos que não são conhecidos em terras de cristão, mas sim nas em que deus não vale nada.

Tudo ali causa nojo, ali tudo envergonha! O espirito e o bom senso andam de rojo, e a imundície é medonha. É entretanto, afinal, cifra-se nisto a nossa mascarada; e assim não vale nada o nosso carnaval. (Lanterna Mágica, 10 de fevereiro de 1891, p. 7)

Esse trecho tem detalhes que revelam sutilezas, como os “apóstolos negros dos feitiços”, trazendo aí uma relação entre maracatu e religião que os outros trechos descritivos não trouxeram. As religiões de matriz afro-brasileira pernambucanas, particularmente o Candomblé, chamado durante muito tempo de Xangô, têm uma relação íntima com o maracatu. Existia uma perseguição e criminalização desses cultos religiosos praticados pelos negros, cativos e libertos que culminavam em prisões de líderes religiosos (babalorixás e ialorixás) e também na destruição de seus objetos rituais e até no fechamento dos terreiros. Essa perseguição tão antiga perdurou até a República, com destaque para a década de 1930, com o Serviço de Higiene Mental atuando efetivamente nesse controle, como analisa LIMA (2005)

Os batuques religiosos, ou seja, aqueles que faziam parte de um ritual ou uma cerimônia religiosa, eram considerados proibidos e logo deveriam ser reprimidos e perseguidos, como afirma Ivaldo Lima (2005). O Maracatu por ter uma relação íntima com o xangô, por vezes era chamado por esse nome. Podemos levar em conta que algumas características da sua configuração eram semelhantes ou parecidas com as dos rituais religiosos afro-brasileiros, como a calunga por exemplo. “Outros elementos estariam ligados à própria dança e à música do maracatu, que teriam uma similaridade com a coreografia e o toque dos xangôs”. (MAIA, 2008, p. 107).

A socióloga Maria do Carmo Brandão (1988), em seu estudo sobre as localizações dos terreiros de Xangô na cidade do Recife, levantou a hipótese de que muitos cultos da religião afro-brasileira eram encontrados nas várias casas de agremiações carnavalescas, como o samba e o maracatu; ou ao menos nos bairros em que essas agremiações eram citadas, como Santo Antônio, São José e Beberibe. Ela afirma não ter encontrado nenhuma localização sobre esses terreiros em Recife durante o século XVII e XIX, mas apenas as localizações dessas agremiações de batuques.

É normal fazer uma associação natural entre Maracatu e religiões afro-brasileiras. A historiadora Isabel Cristina Guillen (2005), em seu artigo sobre a relação histórica entre Xangôs e Maracatus, destaca que essa relação era vista como natural para alguns autores como Guerra Peixe (1980). Porém ela afirma:

Desse modo, os processos que muitas vezes se apresentam como naturais e dados como se sempre assim tivessem sido, precisam ser pensados em termos de estratégias e encenações que os sujeitos sociais criam para buscar, numa sociedade extremamente excludente e racista, visibilidade e legitimidade. O sacro e o profano foram aqui pensados dessa forma, como construções sociais de sujeitos históricos que buscam, nos interstícios sociais, criar mediações políticas. Xangôs e maracatus, portanto, não são necessariamente as faces de uma mesma moeda, mas construções historicamente pensadas, estrategicamente definidas (GUILLEN, 2005, p. 69).

Portanto, o maracatu além de ser uma manifestação cultural, construía relações sociais além da música e da dança. Seus participantes eram pessoas ativas, onde algumas delas também faziam partes dos cultos religiosos afro-brasileiros e enfrentavam, por conta disso, perseguição policial e social. Mas, possivelmente como acontece nos dias atuais, nem todo maracatuzeiro era praticante de uma religião afro-brasileira, assim como nem todo praticante das religiões afro-brasileiras eram maracatuzeiros.

As “festas de negros” no século XIX, passavam por uma clivagem do Estado imperial que por hora eram toleradas, dependendo de qual festa seria e o seu intuito. Como é o caso da Coroação do Rei do Congo, momento festivo no qual se coroava um negro conhecido pela sua comunidade e que tinha forte influência nas decisões e no controle dos escravizados. Ou seja, o rei negro ao mesmo tempo que tinha subordinados em sua realeza, ele também era subordinado aos senhores, que o viam como um instrumento de controle sobre escravizados exaltados, que poderiam organizar rebeliões e fugas.

Porém, também não podemos negar que a festa do Rei do Congo oferecesse algumas possibilidades aos negros, como confraternizar com seus próximos, fazer uma rede de amizade e aliança, que poderia ajudar em alguma fuga ou revolta. Assim como também ajudava na

formação de identidades, construindo sociabilidades que os ajudavam a desenvolver novas formas de se manterem em meio a uma realidade dura e seca como pó, profundamente violenta – longe, bem longe de sua terra natal, no continente africano.

Os batuques, como o maracatu, poderiam ser caracterizados como uma prática cultural de divertimento, não religiosa. Era como uma folga da labuta escravista onde eles, aos domingos e feriados, se reuniam para bater, beber e cantar juntos aos seus – falando de suas lembranças da África quanto do seu cotidiano no Brasil escravista. Um momento onde as amarras da escravidão eram folgadas levemente.

Apesar de ser uma festa “aceita” (no sentido que era permitido organizar um maracatu e bater nos dias de carnaval), essa festa sofria com o controle social que lhe era imposto. Mesmo sendo divertimento, o batuque significava uma aglutinação de negros cativos, libertos e mestiços, e isso era considerado perigoso para as autoridades, partindo do pressuposto que a festa pode acabar em brigas ocasionadas pela bebedeira ou em algum tipo de levante contra a ordem senhorial.

Na descrição do periódico *A Lanterna Mágica*, também temos a presença do óleo de dendê, um material importante nas religiões de matriz afro-brasileira, mais especificamente no Candomblé. É um material que tem muito valor para a população negra até hoje. Na Bahia, o famoso acarajé não é feito sem óleo de dendê, e isso é intrínseco nas relações que envolvem religiosidade, cozinha e pertencimento. É notável a presença dos animais que vemos até hoje nos desfiles de maracatu, como o jacaré, o elefante e o leão. Cada animal tem uma relação com um Orixá, como por exemplo o elefante, que de acordo com Guerra Peixe, foi o primeiro animal que Oxalá montou.

O que podemos concluir disso tudo? São três configurações diferentes. Todas com semelhanças, e todas com diferenças entre si. Essa é a discussão primordial quando se trata de trabalhar o maracatu no século XIX: não havia apenas um tipo, eram vários. Isso levando em consideração que qualquer batuque de negros poderia ser chamado de maracatu.

Não existe uma definição unívoca, monolítica, do maracatu no século XIX. Isso sugere pensar: quais outras configurações de maracatu existiram e não sobreviveram? Sabemos que há semelhanças entre o maracatu e outras manifestações culturais como as Aruendas e Cambindas, como detalha Lima (2007). Portanto, só a partir do século XX, com a descrição de Pereira da Costa sobre o Maracatu Elefante é que se tem uma tentativa de homogeneizar o conceito da prática do maracatu. Tendo via de regra a sua composição no cortejo com seus reis, rainhas, damas de paço, batuqueiros e afins.

O maracatu, o batuque, o samba, carnaval, tudo passava pelo controle social criado pelo Estado para fiscalizar a população. No âmbito municipal, existiam as posturas elaboradas pelas Câmaras Municipais e avaliadas pela Assembleia Legislativa Provincial, que passavam para o presidente da província definir se seriam aprovadas. Essas normas ou regras poderiam ser reafirmadas com o passar dos anos, como também poderiam ser retiradas das futuras posturas.

As províncias e municípios, no período imperial, bem como os estados e municípios, nos anos iniciais do período republicano, tentaram controlar as classes populares utilizando-se principalmente de três recursos: leis municipais que regulavam a vida do cidadão no espaço público; forças militares e paramilitares, que com atribuições ainda não bem definidas, iriam impor a ordem estabelecida (especialmente a polícia), atuando na prevenção/repressão de uma forma geral; e instituições carcerárias, que teriam como missão coadjuvar o trabalho da polícia, isolando e redisciplinando os indivíduos desviantes (MAIA, 2001, p. 18).

As posturas municipais eram leis que tinham como objetivo o controle da sociedade com base em normas consideradas apropriadas para ordenar a cidade e atingir um comportamento adequado, seguindo o exemplo das cidades europeias, especialmente Londres e Paris. Ou seja, uma cidade moderna, educada, branca e que seguisse todas as normas postas pela província. As normas recaíam sobre diversos aspectos da vida cidadina: indo desde os divertimentos da população, como os batuques, sambas e maracatus; até a construção de casas, comportamento público e limpeza da cidade. Era basicamente uma regulação e policiamento de atitudes e práticas sociais no espaço público.

Por exemplo, podemos perceber que, de acordo com as posturas municipais, havia uma espécie de negociação de horários para o divertimento, podendo ser um ensaio ou apresentação. Porém, essas negociações variavam de acordo com o ano, podendo ser mais flexíveis ou mais rígidas de uma época para outra:

ART. 65. Ficam proibidos os sambas e maracatus depois das 9 horas da noite, e nem um espetáculo público terá lugar sem licença da Câmara e assistência da polícia: os infratores serão multados em 10\$ ou sofrerão 8 dias de prisão, senão puderem pagar a multa.

Art. 186. São proibidas as casas, vulgarmente conhecidas por casas de batuques: os infratores, chefes dos divertimentos, e os donos das casas, serão multados em 30\$000 e no duplo da reincidência.⁴

Em seu livro “Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no séc. XIX (1850-1888),” Clarissa Nunes Maia traz um quadro com os principais assuntos abordados nas posturas municipais do Recife referentes aos escravos,

⁴ Leis provinciais do ano 1865 e 1873, disponíveis em: <<https://bit.ly/3ajYfIc>>.

entre 1856 e 1888. Durante esse período, no estudo de Maia, o assunto: Ajuntamentos em casas comerciais e danças e batuques aparece 36 vezes. Isso demonstra a preocupação que a Câmara Municipal tinha sobre essas festas e esses ajuntamentos, tratados como assuntos importantes para a questão da segurança pública.

As festas populares significavam uma expressão cultural e a ocupação de um espaço do povo pelo povo. As elites senhoriais e urbanas as viam como “imorais, degradantes dos bons costumes, chamariz de vadios, escravos e criminosos, e por isso fonte constante de distúrbios, vozerias e assuadas (MAIA, 2001, p. 37). Ou seja, dá para entender o porquê de as festas populares receberem tanta atenção nas posturas municipais, com suas multas pecuniárias tentando coagir pelo bolso tais práticas culturais. E também o porquê do esforço das elites em suprimir as expressões de um povo em seu momento de divertimento. As festas têm muito a dizer sobre a cidade, como aponta Rita de Cássia Araújo:

Era também por ocasião das celebrações públicas – festas religiosas, cívicas ou reais e pelo Carnaval – que a sociedade representava a si mesma. Seus vários grupos e classes sociais eram postos lado a lado, o que permitia vislumbrar as relações de força que estabeleciam entre si. A festa expunha a cidade, as camadas dominantes bem o sabiam. (ARAÚJO, 1997, p. 204)

Com isso, as elites tinham como um dos seus objetivos reprimir essas celebrações ao ponto de que não existissem mais, de levá-las à extinção. O entrudo, por exemplo, era visto como uma festa bárbara, onde a prática costumeira era jogar água, farinha e limas de cheiro uns nos outros. Era uma festa com bastante participação popular, na qual participavam massivamente pessoas pobres, libertos e escravos, mas também pessoas de alto padrão social, pertencentes à fina flor da sociedade. Contudo, como tinha um caráter de um sujar o outro, às vezes de maneira grosseira, podia resultar em brigas e arruaças entre os brincantes.

Porém, de modo geral, a elite recifense visava ter um carnaval igual ao celebrado em cidades tidas como civilizadas da Europa, a exemplo de Veneza, Roma e Paris. Um carnaval feito pela elite como um espetáculo, trajados com máscaras bem ornamentadas, que os permitiam “fazer a crítica de seu tempo e lugar” (ARAÚJO, 1997, p. 204). Para isso, eles deviam acabar com divertimentos “grosseiros”, “selvagens” e “indecentes” como o entrudo – e os maracatus

De acordo com MAIA (2008), a ideia de que todo o ajuntamento de negros envolvia questão de moral pública e segurança do Estado está contida no Código Penal de 1830. Nisso, o maracatu também se encaixa como um ajuntamento que devia ser policiado e monitorado. Sabemos que os negros tinham uma “abertura” em pedir licença para o ensaio do maracatu e também para desfilarem no carnaval. No entanto, essa “abertura” tinha o formato de um funil

(controlado pelas autoridades policiais) e sua base, muitas vezes, se tornava apertada demais para garantir a passagem do cortejo em toda sua plenitude, com seus reis, rainhas, damas do paço, batuqueiros etc.

O batuque em si era basicamente uma aglomeração de negros cativos ou libertos, formando uma roda onde havia o toque de tambores e as pessoas dançavam e cantavam. Conforme já salientamos, era um divertimento usado massivamente pelos elementos da classe subordinada, ou seja, por pessoas pobres, livres ou escravizadas. Podemos fazer uma associação ao samba, que foi o termo mais usado a partir do fim do século XIX.

As posturas municipais do Recife também abordavam as casas de “batuque” ou de “samba” como um ponto de encontro entre a classe pobre livre e negros cativos, uma relação que poderia ser problemática para o controle social da época. Elas tinham a incumbência de definir comportamentos e práticas a serem seguidas pela sociedade no seu caminho rumo à civilização, à uma modernização com ares europeus, que era a tendência seguida em Recife naquela época. Logo, o batuque e o maracatu deveriam ser monitorados por diversas causas, seja por que representavam um divertimento de negro, incivilizado, sujo e imoral; ou também por ser um local onde laços eram criados entre negros escravizados, libertos e a classe pobre livre.

Essa relação construída entre a camada mais vulnerável da população não era vista com bons olhos pelo Estado imperial. Com a simpatia da população livre, que se divertia junto aos negros cativos e libertos nas casas de batuque, dava-se uma cooperação entre eles que permitia o desenvolvimento de variadas formas de se contornar a lei dos senhores, “como transações com produtos de roubos, arranjos para fugas, ‘troca’ de senhores considerados indesejáveis e acointamentos de escravos e criminosos” (MAIA, 2008, p. 109).

Apesar de terem sido criados códigos de postura rigorosos que alertavam para a necessidade de se vigiar as casas de batuque e de samba, impedindo suas práticas quando assim fosse necessário, a fiscalização em si, realizada pela polícia, não tinha a mesma rigidez. Isso pode ser atribuído a alguns fatores como a falta de um Corpo de Polícia com um contingente grande o suficiente para atender às demandas de uma cidade populosa como o Recife⁵, que era capital da província, a precária condição de trabalho desses policiais (pois, era comum a falta de armamentos e munição além de receberem um soldo insuficiente para seu sustento e o de suas famílias).

⁵ Outros fatores, como “as deserções, as enfermidades, o encarceramento disciplinar aplicado por conta de pequenas transgressões e até mesmo a demissão por mau comportamento” ao longo do ano” também contribuíam para diminuir o já diminuto efetivo do Corpo de Polícia. (SILVA, 2003, p. 90).

Outro fator importante é que muitos das praças que compunham o corpo policial de no período aqui estudado eram homens pobres, pretos e mestiços, que compartilhavam de um mesmo cotidiano e vivências com os negros cativos, libertos e a população pobre. Com isso, algumas transgressões que levariam à prisão ou ao pagamento de multas eram acobertadas pelos soldados de polícia, que viam essas infrações como algo ínfimo “que não [pareciam] ir contra os valores de sua classe social” (MAIA, 2008, p. 113).

Com isso, o controle que se tinha sobre as festas populares, como o samba e o maracatu, era controverso em vários sentidos. As posturas municipais eram uma forma de controle do estado sobre a sociedade, que fiscalizava diversos nichos da população e suas atividades. Exercendo regras sobre a higiene pública, açougues, cemitérios e até alinhamento e construção de casas e edifícios. Assim como também determinava o comportamento a ser seguido por essa população e suas práticas culturais, como no caso dos maracatus, que por meio de negociações poderiam reservar um horário em algum espaço público para seus ensaios ou tocavam onde queriam e quando queriam, causando assim uma “perturbação” à sociedade com suas músicas tristes, bebedeiras, brigas e seu “barulho infernal”.

Revista diária: Maracatu

Moradores da rua do Barão do triunfo e suas vizinhas queixam-se do batuque infernal de um maracatu que se reúne todos os domingos, desde o meio-dia até a noite, no fim do cais do Apolo indo para o norte. O batuque é tal, que até os moradores do extremo norte da rua da Aurora, na altura de Santo Amaro, são por eles incomodados. Chamamos para o fato a atenção da polícia da freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife. (Diário de Pernambuco, 13/04/1880)

Corriqueiramente os jornais traziam trechos como esses que identificam o incômodo de uma parcela da sociedade em relação ao maracatu. Essas queixas de uma parte da população que via seu domingo sendo perturbado pelos batuques dos negros, continham também um apelo às forças repressivas do Estado, no caso a polícia. Eles clamavam ao poder público uma ação que levasse a cessar esse “estúpido folguedo africano”.

2. CONCLUSÃO

Por fim, ao estudarmos os maracatus no século XIX, encontramos diversas lacunas a serem preenchidas. Ora, não sabemos como eram compostos todos os maracatus, pois há uma lacuna documental sobre a sua descrição e, igualmente, sobre as variadas formas de manifestação cultural associadas ao maracatu, que poderiam mudar de nome dependendo do lugar, como as aruendas e as cambindas. Ao mesmo tempo que essas festas eram denunciadas

nos jornais pelo seu incômodo a população branca e senhorial, que via seus domingos serem perturbados por essas ruidosas manifestações dos negros, livres ou escravizados. Um descontentamento que chegava às sessões da Câmara Municipal e se expressava nas formulações de posturas que pudessem coibir ou inviabilizar os batuques, os sambas e os maracatus.

E apesar de todo esse policiamento do Estado e da sociedade civil, o maracatu sobreviveu em meios a trancos e barrancos até hoje no século XXI. Sempre enfrentando dificuldades, sejam financeiras ou preconceituosas e racistas. Por isso, estudá-lo é uma forma de realçar e dar voz a seus maracatuzeiros que ficaram perdidos nas brumas do tempo, de realçar a sua história, que tanto merece ser valorizada.

3. REFERÊNCIAS

3.1 Documentos impressos

A LANTERNA MÁGICA, Recife, 10 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/SECXIX/9203>. Acesso em: 08/02/2021

A PROVÍNCIA, Recife, 16 de fevereiro de 1877. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/4329. Acesso em: 08/02/2021

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 13 de abril de 1880. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/14416/3x>. Acesso em: 15 dez. 2020.

JORNAL DO RECIFE, Recife, 8 de fevereiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/26077>. Acesso em: 08/02/2021

3.2. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Rita de Cássia. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. Estudos Avançados (USP. Impresso), São Paulo, v. 11, n.29, p. 203-216, 1997.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRANDÃO, Maria do Carmo. Localização dos xangôs na cidade do Recife. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 11, p. 42-56, 1998.

- GUILLEN, Isabel C. M.. Xangôs e Maracatus: uma relação historicamente construída.. Ciências Humanas em Revista (UFMA), São Luís, v. 3, n.2, p. 59-72, 2005.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Cultura afro-descendente no Recife: maracatus, valentes e catimbós.. 1. ed. Recife: Bagaço, 2007. v. 01. 250p .
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. Maracatu nação e grupos percussivos: diferenças, conceitos e Histórias. História. Questões e Debates, v. 61, p. 303-328, 2014.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. Maracatus-nação. Resignificando velhas histórias. 1ª. ed. Recife: Bagaço., 2005. v. 01. 152p .
- MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- MAIA, Clarissa Nunes. Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 142p .
- RABELLO, Evandro, 1935 - Memórias da folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa: (1822-1925) / Evandro Rabello - Recife: Funcultura, 2004. 249p. : il.
- SILVA, Leonardo Dantas. A corte dos reis do congo e os maracatus do Recife. Ci. & Tróyx, Recife, v. 27, n.2, p. 363-384, 1999.
- SILVA, W. B.. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2003.